MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR EM DEFESA DE UM ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL EMANCIPATÓRIO NO BRASIL

POPULAR MOBILIZATION AND ORGANIZATION IN DEFENSE OF AN EMANCIPATORY WELFARE STATE IN BRAZIL

Alice Gonçalves da Penha Ribeiro[1]

RESUMO

A organização e a mobilização popular são essenciais para unir pessoas em torno de causas que visam mudanças sociais e políticas. O artigo destaca a relevância dessas práticas para fortalecer a democracia de maneira justa, especialmente no contexto das políticas de seguridade social no Brasil, que atualmente enfrentam um processo de desmonte. Ao pressionar o Estado, a participação política empodera os cidadãos e fomenta a gestão participativa das políticas sociais. O artigo discute os dilemas enfrentados pela classe trabalhadora na luta por proteção em uma sociedade marcada por desigualdade social, e também traz reflexões quanto às dificuldades de participação das camadas mais pobres no exercício do controle social, que é um desafio para a construção de uma sociedade justa e igualitária em que a participação de todas as classes sociais são fundamentais para que as políticas sociais se alinhem ao propósito de gerar transformações e mudanças sociais equitativas.

Palavras-chave: Democracia; organização popular. Política Social.

ABSTRACT

Popular organization and mobilization are essential to unite people around causes that seek social and political change. This article highlights the relevance of these practices to strengthen democracy in a fair manner, especially in the context of social security policies in Brazil, which are currently facing dismantling. By putting pressure on the state, political participation empowers citizens and fosters participatory management of social policies. The article discusses the dilemmas faced by the working class in the struggle for protection in a society marked by social inequality. It also reflects on the difficulties faced by the poorest classes in exercising social control, which poses a challenge to building a just and egalitarian society in which the participation of all social classes is essential for social policies to align with the purpose of generating transformations and equitable social change.

Keywords: Democracy; popular organization. Social policy.

[1] Assistente Social, Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, sob orientação do Prof. Dr. André Augusto Brandão, aliceasrj@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a participação social em momentos de opressão e conflitos políticos que buscam neutralizar a participação população com o objetivo de fazer avançar contrarreformas que desmontam direitos sociais para favorecer o acúmulo do capital e promover a adesão da classe trabalhadora aos ditames da exploração é um desafio que busca indicar as condições que interferem no exercício da democracia participativa no Brasil e consequentemente nos rumos das políticas públicas.

Para que ocorram políticas compromissadas com a emancipação social é necessário a participação da população, pressionando e reivindicando direitos para que ocorram mudanças nas relações entre Estado e sociedade que apontam para a construção de uma nova gramática social em que o Estado cumpre com o seu papel de garantidor de proteção social às classes menos favorecidas pois as políticas públicas também são resultados das influências que os segmentos sociais exercem sobre as ações do estado. As políticas econômicas e sociais, na atual tendência neoliberal de mais retirar direitos do que garantir sua ampliação, nem sempre produzem melhoria nas condições de vida da população, principalmente dos grupos sociais mais carentes, o que vai requerer uma atuação reivindicatória desses sujeitos em prol de garantias que ampliem as condições de cidadania para os menos favorecidos economicamente.

A organização e mobilização popular é uma estratégia para agregar os sujeitos e estimulá-los a desenvolver uma consciência crítica quanto a importância da interferência popular nas ações do Estado. Constituem processos de união entre pessoas ou grupos em torno de uma causa comum, para alcançar mudanças nas estruturas sociais ou políticas que efetivem as condições de igualdade entre os cidadãos. A mobilização social envolve a construção de ações coletivas, onde a cooperação e a participação são cruciais para o engajamento das comunidades que por meio de interações conseguem adquirir visibilidade social e interferir nos rumos da política local. Putnam (2007) ao definir capital social como um estoque de

confiança mútua e disposição associativa que os membros de determinada comunidade carregam, considera que a cooperação voluntária é facilitada em comunidades que tenha herdado um bom estoque de capital social mediante regras de reciprocidade e participação cívica (Putnam, 2002, *apud* Brandão, Santos, 2016).

Quando se trata de camadas sociais vulneráveis que têm ganhos distributivos desiguais, a participação social é bastante frágil pois não herdaram ao longo da história condições para desenvolverem a participação cívica em igualdade de condições, o que consequentemente deixou livre o protagonismo da classe dominante na dinâmica política do país. Nesse sentido participar vai além de estar envolvido em uma causa ou defender os interesses de determinado segmento, é ter condições para protagonizar uma atuação crítica, o que envolve o atendimento das necessidades sociais da população, a fim de fortalecer as capacidades políticas dos indivíduos economicamente desfavorecidos para que penetrem e ocupem os espaços de poder, negociação e decisão governamental.

Uma participação efetiva significa acessar os espaços políticos para que opiniões, interesses e demandas sejam devidamente acolhidas pelo poder executivo e exerçam influências nos processos que envolvem as políticas públicas. Com isso há maior possibilidade de mudanças efetivas por meio da redistribuição justa da riqueza social, o que consequentemente resulta na participação ativa popular, enquanto protagonistas da cena política social e não como sujeitos passivos de ações integradoras a um sistema dominante de exploração.

O controle social historicamente foi entendido como o controle do Estado sobre a população mediante ações coercitivas buscando manter sob sua gerencia o comportamento dos cidadãos. Com a redemocratização do país, esse entendimento foi superado e a participação social pode ser entendida numa dimensão de controle social, em que o Estado passa a ser controlado por setores da sociedade civil organizada.

Este trabalho ressalta a Importância da mobilização e organização popular para o fortalecimento da democracia participativa de forma justa, livre e organizada, principalmente no contexto do controle social das políticas de seguridade, que no Brasil segue a lógica do desmonte para uma cobertura cada vez mais insuficiente. O

fortalecimento do controle social é importantes na medida em que pressiona o Estado a atender as necessidades da população e ao mesmo tempo empodera os sujeitos para o exercício de uma democracia atuante.

As classes em defesa de suas demandas, se organizam a partir das condições que dispõem para uma correlação de forças que se estabelecem de forma desigual entre aqueles com maior capacidade de interação política ou de organização e aqueles mais subordinados com menores condições de influírem diretamente nas decisões públicas. Com isso, o incentivo à organização popular para uma participação empoderada das classes subalternas nas formas ampliadas de democracia, para além dos processos eleitorais, deve ser tarefa cotidiana para aprofundar o controle da sociedade sobre as ações do Estado para que este cumpra o propósito de garantir políticas públicas pautadas na justiça social e no direito inerente dos cidadãos.

Buscamos, no entanto, refletir quanto aos processos de mobilização e organização popular na busca por igualdade no exercício do direito de participação política e nesse contexto iremos abordar alguns dos dilemas enfrentados pelas classes subalternas na trama de uma sociedade elitista marcada por desigualdades e privilégios, que juntamente com o agravante das iniquidades propagadas pelo sistema capitalista, interferem na dinâmica das políticas sociais e consequentemente no exercício político dos cidadãos. Além disso, apresentaremos os desafios atuais que dificultam a participação e o controle social das camadas mais empobrecidas e que se colocam enquanto barreiras para a ampliação do exercício da democracia participativa e na consecução de objetivos emancipatórios.

2 AS CLASSES SOCIAIS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O exercício da democracia está relacionado à dinâmica cultural e política que definem a participação dos cidadãos nas questões governamentais do país, assegurando o direito de manifestação e interferência do povo nas decisões do Estado. Nesse sentido, abordar os direitos políticos significa refletir sobre a democracia que representa a forma de governo onde o povo exerce a soberania de escolha de seus representantes e tem seus direitos políticos resguardados, inclusive o de controlar e contestar as ações do Estado. Para isso a garantia da liberdade é

fundamental para consolidar os ideais democráticos que permitem a participação ativa da sociedade nas questões públicas defendendo direitos individuais e coletivos.

As reflexões sobre a democracia apresentam diversas formulações. Alexs de Toquevile em sua obra *A Democracia na América*, demostra que a associação política foi fundamental para a democracia e serviu como meio de impedir o despotismo do Estado, além de promover a participação cidadã e o engajamento cívico da população. Já na concepção de T. H. Marshall (1950), a extensão da cidadania foi condição para a participação plena dos indivíduos na sociedade, o que inclui os direitos sociais fundamentais. Ele também relacionava a cidadania à classe social entendendo que as lutas por direitos estavam relacionadas a uma parcela específica da população.

A democracia brasileira, apesar dos avanços proporcionados pela Constituição em vigência, atualmente se depara com restrições que provocam a redução de sua marcha em direção à plena participação política da sociedade. Duriguetto e Demier (2017) sustentam que no Brasil existe uma "democracia blindada" que limita a participação popular ao tornar os núcleos decisórios do Estado impermeáveis às pressões e reivindicações da sociedade. O que dificulta a implementação de ações concretas para que direitos sociais sejam assegurados por meio de políticas públicas efetivas. Os autores destacam que a autonomia das decisões em setores primordiais para a valorização do capital são estratégias para consolidar os interesses da classe dominante no poder. Sem pressão social, as pautas populares podem ser propositalmente ignoradas pelo sistema político ou serem tratadas no sentido de atenuar as tensões que podem colocar em risco os ideais de acumulação.

Com relação à mobilização de classe, refletimos de acordo com a economia política social democrata que defende as classes sociais como principais agentes de transformação social, provocando o equilíbrio do poder das classes que força o governo a agir por meio de políticas sociais comprometidas com os ideais de igualdade e justiça. A emancipação social é, nesse sentido, uma condição a ser conquistada por meio de resistências às formas de opressão e exploração social. Nesse sentido,

> A teoria da mobilização de classe supõe que os welfare states fazem mais do que simplesmente aliviar os males decorrentes do sistema: um welfare state "social-democrata" vai estabelecer por si mesmo as fontes de poder cruciais para os assalariados e assim fortalecer os movimentos de trabalhadores (Andersen, 1991, p. 10-11)

As classes subalternas por estarem atomizadas e estratificadas no mercado tem sua capacidade de mobilização e organização comprometidas e nesse caso o atendimento dos direitos sociais, via políticas sociais emancipatórias, além de apresentarem benefícios para o capital, são pré-requisitos para dinamizar a força e unidade dessa classe em sua atuação coletiva na luta por efetivação de direitos. Nesse sentido, as políticas sociais satisfazem as necessidades da classe trabalhadora e ao mesmo tempo gerar o empoderamento político dos sujeitos, pois criam condições que pavimentam a atuação destes na arena de disputa política.

Com isso observamos que a democracia se desenvolvem em um contexto social marcado por extrema desigualdade econômica entre classes decorrentes da dinâmica contraditória do capitalismo que conforma uma lógica de exclusão que acomete grande parte da população e a exclui do exercício pleno da cidadania, o que consequentemente acarreta na falta de engajamento político das classes menos favorecidas. Essa condição se sustenta devido à precarização do acesso a bens e serviços que propiciam o acúmulo de conhecimento para uma participação mais atuante.

É importante destacar, com relação à influência da economia na democracia, o que afirma Dahl (2012) ao estudar a poliarquia e os níveis de desenvolvimento político dos países, concluindo que "há uma associação significativa entre nível socioeconômico e "desenvolvimento político". Os dados de sua pesquisa permitem afirmar que "quanto maior o nível socioeconômico de um país, maior sua probabilidade de ter um regime político competitivo", e "quanto mais competitivo um regime político de um país, maior sua probabilidade de estar em um nível relativamente alto de desenvolvimento socioeconômico (Dahl, 2012, p.76).

> O hipotético limiar inferior para a política competitiva poderia ser debitado, em parte, à dificuldade que os países abaixo deste nível encontram para mobilizar os recursos necessários para a disseminação da alfabetização, da educação e dos meios informativos (Dahl, 2012, p. 86)

Com base nessas análises, a incorporação de grupos sociais mais carentes na dinâmica política participativa tem mais dificuldade para se concretizar, o que paradoxalmente revela que aqueles com razões para reivindicar direitos tendem ao distanciamento dos movimentos sociais, justamente por não dispor de condições que facilite um compromisso participativo cotidiano, o que consequentemente pode provocar uma valorização da democracia representativa e o desinteresse pela participação política atuante.

No Brasil, o período mais marcante de mobilização e organização popular ocorreu na década de 80 com os movimentos por “Diretas Já” que a partir de 1983 durante a vigência da ditadura militar, exigiam a retomada de eleições diretas para presidência da república. Essa campanha foi ganhando forças, com a adesão de um número expressivo de pessoas insatisfeitas com o regime e com a crise econômica que o país estava atravessando. Os cidadãos se reuniram em manifestações populares em diversas cidades do país para juntos lutarem pela redemocratização e pela liberdade política.

Esses movimentos foram responsáveis pelo fim da ditadura militar instaurada desde 1964, que terminou com a eleição de um civil para a presidência da república; também provocaram a Assembleia Nacional Constituinte e exerceram pressão para a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida por “Constituição Cidadã”.

A partir de então, com a institucionalização da Constituição de 1988, surgem avanços no sistema de proteção social, que no âmbito de um sistema integrado entre as políticas de saúde, previdência e assistência compõem uma Seguridade Social de acesso plural com critérios contributivos e universais. O destaque foi conferir característica de política social para a assistência que antes era desenvolvida por meio de ações assistencialistas e de caridade, sem um comprometimento legal e efetivos do Estado com a população empobrecida.

Contudo, considerando a conformação do Estado brasileiro aos ditames do neoliberalismo impulsionado por organismos internacionais em um contexto de crise mundial do capital, a partir de 1990 são implementadas reformas gerenciais na função do Estado com vistas a reduzir despesas, e consequentemente os recursos para

políticas e programas sociais, caracterizando uma realidade de desmonte das conquistas obtidas em prol da classe trabalhadora com os movimentos democráticos na década anterior.

> Evidentemente, nessa perspectiva, os benefícios, serviços e programas deixam de ser direitos sociais para se tornarem direito do consumidor. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos, já que há resistências e sujeitos em conflito nesse processo eminentemente político, vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (Netto, 1993, *apud* Behring, 2009, p. 9).

Com a mundialização do capital a reponsabilidade do Estado em prover o bem estar é flexibilizada para atender interesses financeiros provocando uma redução gradual dos direitos da população. Essa proposta enfatiza a despolitização das lutas sociais através de ações que fragmentam e dividem as instancias, o que favorece a manutenção da hegemonia da classe dominante no controle das ações do Estado e promove uma adaptação passiva da sociedade à lógica financeira global que aos poucos destrói os pilares que sustentam os princípios democráticos dos cidadãos.

Com isso a participação democrática passa a ser cada vez mais um privilégio para poucos pois as condições para que ela se estabeleça nas camadas mais empobrecidas da sociedade estão sendo derrubadas pelas elites no poder, que defendem o desmonte dos direitos sociais promovendo o aumento da segregação social entre as classes. Isso pode ser observado no processo de desenvolvimento das políticas públicas, que sem qualidade e intencionalidade de emancipação geram ações descompromissadas com a garantia de direitos, o que consequentemente serve para perpetuar a desigualdade social e manter os menos favorecidos longe dos centros de decisão governamental.

3 PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO DA MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR

A sociedade capitalista se alicerça na contradição entre as classes sociais que são atores políticos em disputa por hegemonia no âmbito do Estado, e, portanto, este atenderá aos interesses da classe que exercer mais pressão sobre suas funções.

Somente por meio da organização e mobilização social foi possível criar formas de resistências para iniciar um embate contra as condições precárias que ao longo da história acometem a vida da classe trabalhadora no país. O segmento ao identificar suas necessidades traduzidas em desemprego pauperismos e falta de acesso à serviços essenciais, se uniram para protagonizar uma luta política contra a desigualdade econômica e social com o objetivo de que suas demandas fossem absorvidas pelo Estado. Nesse momento a questão deixa de ser um fenômeno individual para se transformar em uma luta coletiva por emancipação e transformação social que vai demandar a interferência do Estado na garantia de proteção dos indivíduos. Este tende a responder aos anseios populares no âmbito dos limites impostos pelo sistema capitalista, através de ações para conter os conflitos e minimizar a atuação coletiva dos trabalhadores, o que sinaliza um descompromisso com a transformação ampla da sociedade. Por esse motivo os confrontos cotidianos é que transformam estas classes nos principais agentes de emancipação social, contra os privilégios elitistas enraizados na cultura social brasileira, como exemplifica o período da constituinte, em que as forças políticas populares foram capazes de exigirem o reconhecimento legal de garantias amplas de direitos sociais, conforme a expectativa da grande mobilização da sociedade.

Esse dinâmica presume o embate de forças entre as classes populares e a elite presente no âmbito do Estado. Por isso afirma-se que o Estado, no contexto da ordem econômica do capital, é um campo de forças políticas entre classes que apresentam interesses colidentes, e dessa relação contraditória vão surgindo as políticas de proteção social que refletem os posicionamentos culturais e políticos da sociedade por meio do papel do Estado.

Nesse sentido, a consciência de classe é um conceito fundamental que explica a participação política da classe proletária nessa dinâmica social contraditória. Envolve a capacidade dos sujeitos reconhecerem a classe social a qual pertencente, identificando interesses e valores defendidos por ela. A consciência de classe fortalece a solidariedade e a ação coletiva na defesa de interesses comuns e na luta por transformação social. Sua ausência pode gerar uma condição de passividade e conformação dos indivíduos diante do cenário de exclusão, exploração e falta de

acesso à direitos. A atomização e a estratificação desta classe, como já pontuado, sustentada pela ideologia neoliberal, dificulta a atuação coletiva dos sujeitos gerando desinteresse pelas questões políticas o que fortalece a manutenção do *status quo.*

A Constituição de 1988, inovou introduzindo um novo ordenamento na relação entre o Estado e a sociedade através da previsão de instâncias de participação e controle social, que influenciadas por aspirações democráticas institucionaliza a participação social na gestão das políticas públicas, configurando uma nova ordem por meio da inserção de atores sociais excluídos nas políticas.

> As mobilizações em torno do processo constituinte favoreceram a nacionalização de vários movimentos e a estruturação de suas pautas, permitindo qualificar suas demandas e dotá-las de sentido fortemente propositivo. Esse processo ganhou tradução legal na CF/1988, que, por sua vez, abriu espaços para experiências inovadoras de gestão no plano local, principalmente sob prefeituras progressistas, que fecundaram a imaginação política no sentido da proposição de novos arranjos na relação entre sociedade civil, Estado e políticas públicas (Faria, Tatagiba, 2018, p. 293)

A mobilização e reivindicação da sociedade por meio dos movimentos sociais provocaram o estabelecimento das bases legais para que as decisões governamentais fossem tomadas em conjunto com a sociedade. Nesse contexto, foram institucionalizados os espaços de participação como os conselhos, as conferências e os fóruns enquanto medidas de gestão participativa que representam um redimensionamento das relações entre o Estado e a sociedade na busca pelo rompimento com uma trajetória antidemocrática da cultura brasileira que ao longo da história influenciou as políticas sociais e econômicas por meio de ações promotoras e reprodutoras de privilégios que não foram capazes de estabelecer uma política redistributiva universal.

Bravo (2009) tendo por referência as análises dos espaços de controle social considera que eles são importantes para a democratização das ações públicas e além disso para a mudança de cultura política presente ao longo da história brasileira, marcada pelo favor, patrimonialismo, clientelismo e populismo em que todas essas práticas não permitiram o surgimento de instâncias de participação popular por conta do autoritarismo do Estado brasileiro.

Portanto ao circunscrever as políticas sociais no campo da democracia participativa enquanto direito do cidadão e dever do Estado estão postas as possibilidades para a participação ampliada de atores sociais de diversos segmentos nos processos de tomada de decisão em conjunto com o Estado. Isso permite amplas negociações com relação às questões sociais, em que os diferentes interesses estão devidamente representados para a construção de propostas distributivas que sustentam a promoção da equidade social.

Mesmo diante das garantias legais para o aumento da participação política popular, essa atuação necessita ser fortalecida, com vistas ao aprofundamento da democracia, pois sem resistência coletiva dificilmente esse segmento conseguirá pressionar para que suas demandas sejam respondidas de forma adequada e justa. Isso porque as forças capitalistas atuam no sentido de silenciar e enfraquecer a atuação participativa popular para fazer avançar suas pautas de interesse de acumulação em detrimento da redistribuição.

4 AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NO ESTADO DE BEM ESTAR BRASILEIRO

As políticas sociais carregam a concepção contraditória por ser necessariamente vinculada aos interesses colidentes das classes sociais. Assim, elas são favoráveis tanto aos mecanismos de dominação e exploração, como respondem às necessidades e demandas da classe trabalhadora reforçando as contradições que é o móvel básico da história social (Iamamoto, Carvalho, 2006, p.75).

Os conflitos decorrentes desse processo são importantes na medida em que trazem dinamismos para a história e também contribuem para o desenvolvimento político, sendo dissolvidos por meio do consenso entre as classes, sem que seja preciso empregar formas arbitrárias do uso do poder (Pereira, 2009, p. 89). O sucesso dessa relação, favorável para todas as partes, somente é possível por meio de procedimentos democráticos legitimados socialmente e através de garantias legais que permitem a liberdade e a igualdade dos direitos políticos entre todos os cidadãos. É por intermédio da luta política que a cidadania se amplia e a classe proletária agrega

conquistas e direitos sociais, pois as condições para isso não estão postas automaticamente na sociedade.

Nesse sentido Behring e Boschetti (2008) afirmam que a análise das políticas sociais sob o enfoque dialético precisa considerar elementos que explicam seu surgimento e desenvolvimento, como a natureza do capitalismo, o papel do Estado na regulação e implementação de políticas sociais e o papel das classes sociais. As autoras concluem que a gênese e desenvolvimento das políticas sociais se articula com a política econômica e com a luta de classes que são travadas no contexto da dinâmica social capitalista.

A proteção social no Brasil por volta das décadas de 20 e 30 foi marcada por ações que privilegiaram os inseridos no mercado formal de trabalho. Os que não se enquadravam nessa condição contavam com ações assistencialista, pontuais e clientelistas que favorecia a barganha política em períodos eleitorais. A noção de proteção social baseada no direito de cidadania é resultado da luta política no contexto da Constituição de 1988.

A Seguridade Social brasileira enfrenta desafios em sua estrutura de proteção social, e por interferências do neoliberalismo, direitos são desmontados mediante aprovação de contrarreformas que utiliza o discurso da crise financeira para fazer avançar as pautas de setores majoritários.

As características que as políticas sociais assumem nesse processo são consideradas as bases do Estado de Bem Estar ou do *Welfare State* brasileiro. O termo Welfare State é decorrente das medidas adotadas na Inglaterra na década de 1940, por conta da pressão popular, que levou o Estado a criar um sistema de Seguridade Social comprometido com o aumento de suas responsabilidades e com a proteção social da classe trabalhadora. Foram introduzidas medidas focadas na ampliação dos direitos de cidadania e no aumento em investimentos e gastos sociais.

> A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para mudanças na natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX. [...] O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas no âmbito do Estado (Behring; Boschetti, 2008, p. 63-64)

Naquele contexto a mobilização e organização da classe trabalhadora, na luta pela emancipação dos indivíduos de um mercado alinhado com a lógica liberal, foram decisivas para introduzir mudanças significativas no papel do Estado, agregando importantes conquistas para defesa dos direitos da classe operária.

Porém, as condições em que as políticas sociais são desenvolvidas pelos Estados, estabelecem o tipo de regime ao qual estão mais alinhadas, se é com o Welfare State liberal, com o regime conservador ou com o social-democrata, sendo este último comprometido com os princípios do universalismo e da desmercadorização dos direitos sociais de forma ampla (Andersen, 1991, p. 25-27).

Com o advento do neoliberalismo em escala planetária a partir da década de 1970 e de sua proposta de ajustes estruturais na economia mundial, mudanças no papel dos Estados são recomendadas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) no sentido estimular a desresponsabilização e o desfinanciamento da proteção social pelo Estado. Essas mudanças favoreceram a dinâmica do capital configurando um Estado mínimo para a classe trabalhadora o que gerou conflitos ainda maiores acirrando a correlação de forças entre as classes sociais.

A gestão da seguridade social brasileira, desde sua implantação seguia caminhando em direção a materialização de seus objetivos, sem considerar o movimento global de alinhamento neoliberal, porém começou a perder forças antes de efetivar os princípios constitucionais de proteção pois a partir da década de 90 são implementadas reformas gerenciais no âmbito do Estado, influenciadas pelo cenário econômico recessivo mundial, que enfraqueceu principalmente o financiamento das políticas de saúde e assistência, e transferiu responsabilidades estatais para a sociedade, para as famílias e para o mercado. O resultado foi a redução da cobertura por meio de políticas focalizadas e mercantilizadas que atingiu grande parte da população, principalmente os desempregados e trabalhadores informais.

Em relação a esse contexto, Andersen (1991) afirma que “não é a mera presença de um direito social, mas as regras e pré-condições correspondentes que dita a extensão em que os programas de bem estar social oferecem alternativas genuínas à dependência em relação ao mercado” (Andersen, 1991, p. 19). Sendo

assim, para promover políticas emancipatórias não basta institucionalizar legalmente um sistema de seguridade social, ele precisa promover substancialmente a emancipação dos indivíduos na sociedade.

A política social emancipatória é uma abordagem que objetiva a transformação social, incentivando a autonomia e a liberdade de indivíduos e grupos sociais especialmente os excluídos, através da eliminação de estruturas de poder que geram desigualdades e corroboram opressões. Essa abordagem busca a emancipação humana, entendida como a capacidade de cada sujeito construir sua própria história e participar ativamente na sociedade com liberdade para fazer suas próprias escolhas.

A emancipação no contexto das políticas sociais significa condições de libertar-se da dependência e subordinação do mercado, adquirindo autonomia para desvincular-se dele sem perda potencial do trabalho, rendimentos ou benefícios sociais como em casos de auxilio doença com garantias de benefícios correspondentes aos ganhos habituais ou em circunstância de licença médica pelo tempo que o indivíduo necessitar (Andersen, 1991, p. 20). Uma política social emancipatória busca promover essa libertação, não apenas através de medidas pontuais, mas por meio de uma nova cultura de direitos que possibilitem reformas institucionais ou políticas específicas que combatam as causas da desigualdade econômica e consequentemente a dependência do mercado.

Nesse sentido é fundamental que a classe trabalhadora se esforce para penetrar os espaços de participação e controle social, rompendo com resistências no âmbito da interação com o Estado para que seja possível interferir nos rumos das políticas públicas, em direção à objetivos emancipatórios que fortaleçam a proteção e ampliem o acesso a direitos evitando que as ações seja efetuadas no sentido de integrar os indivíduos a lógica financeira do mercado, que aumenta a desigualdade e reproduz as iniquidades historicamente estabelecidas. Somente por meio de uma participação intensa das camadas populares é que será possível combater a opressão do capitalismo em suas tendências hegemônicas.

5 INFLUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NA DINÂMICA DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR

As políticas neoliberais introduzidas pela reforma do Estado brasileiro, desencadearam várias ações de desmonte dos direitos sociais que influenciaram na dinâmica de organização e mobilização popular. A lógica de austeridade fiscal provocou a diminuição da capacidade protetiva do Estado e aprofundou as desigualdades por meio do aumento do desemprego, da pobreza e da violência que alcançam índices expressivos desde o início da década de 90. A introdução dessa agenda provou mudanças na dinâmica dos movimentos sociais que teve seu auge na década de 80, conformando a substituição desses arranjos por novas formas de organização da sociedade civil qualificada como “terceiro setor”. Muitos movimentos sociais foram se transformando em organizações não governamentais sem fins lucrativos para prestar serviços sociais, através da difusão da ideia de parceria com o Estado, quando na verdade ele estava transferindo suas responsabilidades para a sociedade.

A mundialização do capital defendida pelo neoliberalismo gera implicações no mercado de trabalho mediante reformas trabalhistas que desestabilizam a organização coletiva dos sujeitos. Há a difusão de ações que estimulam a competição entre os trabalhadores e também geram a polarização da classe dificultando sua organização sindical. Verifica-se o crescimento do quantitativo de trabalhadores informais, temporários, instáveis e desprotegidos que são respaldados no âmbito das reformas que levam à precarização das relações de trabalho.

Além de gerar a desestabilização da classe trabalhadora, as reformas trabalhistas também provocam o enfraquecimento político e econômico dos sindicatos, que sofrem ações de desconstrução. Nesse sentido “a desconstrução institucional-legal do corporativismo aponta para a deterioração de uma importante âncora do Estado de Bem Estar brasileiro justamente porque aumentou a assimetria de poder político entre patrões e empregados” (Fleury et al., 2024).

O neoliberalismo e sua dinâmica que promove a redução da mobilização e organização popular também alcança as instâncias de participação e controle social,

enfraquecendo a representatividade da sociedade civil nesses espaços. Vários desafios são colocados para dificultar a atuação dos conselheiros desde falta de infraestrutura, condições para participação, ausência de transparência dos governos, dentre outras medidas que dificultam a efetivação do compartilhamento de poder entre governo e sociedade.

O aprofundamento da democracia é condição fundamental para a participação social dos sujeitos que sob os riscos de serem cooptados ou de terem suas demandas descaracterizadas pelas elites tendem ao enfraquecimento do associativismo popular e ao esvaziamento dos espaços participativos. Nesse sentido a intensificação da participação democrática requer a construção de uma nova forma de sociabilidade entre os indivíduos para que sejam fortalecidos os compromissos recíprocos de cooperação e engajamento político.

6 CONCLUSÃO

A atual conjuntura do capitalismo, onde impera a lógica neoliberal da individualidade, tende a reduzir o papel do estado na proteção social dos sujeitos e nesse contexto a participação política dos cidadãos é ameaçada, pois não há um compromisso amplo com o desenvolvimento dos cidadãos. A lógica individualista do mercado com seus reflexos na condição social das famílias gera a redução da organização coletiva da sociedade e consequentemente o distanciamento da vida política participativa.

Com a implementação da Constituição Federal de 1988 que abriu espaço para a democracia participativa, houve um despertamento da população aos interesses pelas questões políticas do país. Porém é necessário tornar essa consciência política mais democrática, para que alcance as camadas mais empobrecidas que ao longo da história cultural brasileira não foram estimuladas e não tiveram acesso aos meios fundamentais que permitisse uma atuação política empoderada.

A correlação de forças sociais vai se intensificando cada vez e emergem no cenário político reações contra a ampliação da democracia, limitando e interferindo as ações de controle do Estado por parte da sociedade. Observamos que apesar da

população ocupar os espaços democráticos de representação, como fóruns, conselhos e conferência, nem sempre ocorre um efetivo compartilhamento do poder com o estado. Isso porque o poder hegemônico na sociedade evita mudanças profundas que ampliem a consciência desses sujeitos e provoque a emancipação política do segmento. A classe dominante nunca teve a preocupação de reconhecer direitos e construir um país realmente democrático e muito menos implementar políticas que emancipem os sujeitos da dependência do mercado por isso ameaçar a manutenção dos seus privilégios. Mesmo enfrentando muitas situações que dificultam a participação na vida política, e sofrendo ataques em seus direitos sociais que desafiam sua capacidade de mobilização, a população continua ativa na defesa das garantias democráticas para que seja possível confrontar e exigir que o Estado assuma um compromisso com a classe trabalhadora, respondendo de forma satisfatória suas demandas. Sem esse processo de reivindicação e pressão contra todas as formas de poder dominante, a sociedade continuará marcada por profunda desigualdade social que aliena e segrega os indivíduos, dificultando que estes possam vivenciar a cidadania em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no Contexto da crise do capital. In:** CFESS; ABEPSS. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, 2009, p. 396.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 63-64.

BRANDÃO, André; SANTOS, Nilton. **Capital Social e Dilemas da Ação Coletiva: Aliando os resultados de um centro comunitário de produção voltado para agricultores familiares assentados no Mato Grosso do Sul.** Mediações; Revista de Ciências Sociais. Volume 21, número 1, 2016, p. 392.

BRAVO, M. I. S. **O Trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. In:** CFESS; ABEPSS. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, 2009, p. 396.

DAHL, R. **Poliarquia.** São Paulo: Edusp, 1997, p. 76,86.

DURIGUETTO, M.L.; DEMIER, F. **Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo**. Argumentum, Vitória, v. 9, n. 2, p. 9-13, maio. / ago. 2017.

ESPING-ANDERSEN, G. **As Três Econômicas Políticas do Welfare State**. Lua Nova, n.24, setembro de 1991, p. 10-11.

FARIA, C.F.; TATAGIBA, L. **Participação social no Brasil: trajetória, crise e perspectivas.***In* BUARQUE DE HOLANDA, C. et al (orgs). A Constituição de 88: trinta anos depois.1ed. Curitiba: Editora UFPR, 2018, p. 293.

FLEURY, S. **Populismo autoritário, desdemocratização e desmonte das políticas sociais: lições do caso brasileiro**. In: FLEURY, S. (Org.). Cidadania em Perigo desmonte das políticas sociais e desdemocratização no Brasil. Rio de Janeiro, Edições Livres; Cebes, 2024. p. 306.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica metodológica.** São Paulo: Cortez. 2008. P. 75.

NETO, J. P. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. São Paulo: Cortez, 1993. *In* BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I.; **Política Social: fundamentos e história**. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p.9.

PEREIRA, P.A.P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In: BOSCHETTI, I. (Org.). Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.